



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680316 - SP (2021/0219772-1)

RELATOR : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR
CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
IMPETRANTE : SUSLEY FERNANDA SILVA RODRIGUES
ADVOGADO : SUSLEY FERNANDA SILVA RODRIGUES - SP350223
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : FABIANO ARAUJO DE OLIVEIRA (PRESO)
CORRÉU : LUCAS BITTENCOURT DOS SANTOS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FABIANO ARAUJO DE OLIVEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2120791-32.2021.8.26.0000).

O paciente foi condenado às penas de 5 anos e 10 meses de reclusão em regime inicialmente fechado e de 583 dias multas, pelo cometimento do crime tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06.

A impetrante sustenta que, "no presente caso, não há prova de haver um ajuste prévio entre os acusados no sentido da formação de um animus associativo, tampouco ficou provado os elementos essenciais para configuração do delito previsto nos artigos 35 e 29" (fl.10).

Aduz, por fim, que "é evidente que o processo criminal é, por si, causa de constrangimento, exigindo para sua instauração que a denúncia venha minimamente lastreada em elementos probatórios legítimos e idôneos em torno da conduta típica" (fl. 13).

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para trancar a ação penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente